



## Uma Impressão Jornalística Sobre um Aspecto Particular da Participação Pública

RICARDO GARCIA

Jornal Público

Há inúmeras formas de se olhar para o ambiente e a Europa e o ângulo que escolhi foca um aspecto muito particular, relacionado com a participação pública na elaboração das políticas de ambiente. Para abordá-lo, proponho observar como é que a influência europeia no ambiente em Portugal é percebida pelo público em geral. E, como exercício, sugiro partir das notícias.

A minha visão é meramente impressionista, resultado da minha experiência como jornalista de ambiente. E, embora não tenha conduzido nenhuma avaliação quantitativa, parece-me que grande parte das notícias gira em torno de um eixo predominante. As notícias surgem, com frequência, associadas ou a situações de violação da legislação europeia de ambiente (por exemplo: “*Comissão Europeia adverte Portugal por violações da directiva da água*”), ou à aprovação de novas normas legais no âmbito da UE (exemplo: “*Portugal tem até 2011 para cumprir metas de reciclagem de embalagens*”).

Isto não é de surpreender, por duas razões. Em primeiro lugar, pela própria natureza das notícias. Uma notícia conta algo de *novo*, privilegia o *evento* e procura algo que suscite *interesse*. Daí que seja natural noticiar a existência de conflitos entre Portugal e a Comissão Europeia, por violação de directivas, ou o aparecimento de novas normas legais.

E há matéria-prima suficiente para isso. A legislação ambiental é vastíssima e, todos os anos, está a ser reforçada ou modificada. Só em 2003, a Comissão Europeia fez 34 propostas legislativas e 14 diplomas foram aprovados.

Por outro lado, são igualmente numerosas as situações de conflito quanto à aplicação da legislação ambiental europeia. Em 2002, houve 555 queixas à Comissão Europeia e 263 processos de infracção foram abertos. Portugal teve 13 novos processos.

Evidentemente, as notícias sobre a política europeia do ambiente não se limitam a estas situações. O dia-a-dia do noticiário ambiental está recheado de referências implícitas às normas e orientações gerais da União Europeia. Mas são as referências explícitas que mais marcam, sendo mais facilmente capazes de chamar a atenção do público para a existência de uma política comum de ambiente na UE.

E, pela nota dominante das notícias, a imagem que passa é a de que a UE e a política europeia de ambiente são entidades externas a Portugal, mantendo uma relação de superioridade hierárquica com o país. Em termos simples, o que parece é que Bruxelas dita as normas, obriga Portugal a obedecê-las e puxa-lhe as orelhas quando o país se comporta mal. Ou seja, fica a impressão de que a relação dá-se apenas num sentido: da UE para Portugal.

Quem conhece as instituições europeias sabe que isto não é verdade. Em boa medida, são os próprios governos, reunidos no Conselho Europeu, quem decide os destinos da política europeia do ambiente – juntamente com o Parlamento Europeu. Portugal, assim, participa nos debates e nas deliberações daquilo a que, depois, tem de obedecer.

Salvo em raros momentos, isto praticamente não aparece nas notícias. Poucas são as vezes em que se ouviu falar que Portugal defendeu esta ou aquela posição, ou que influenciou a legislação ambiental europeia desta ou de outra forma. Também pouco se fala daquilo que outros actores – no caso do ambiente, sobretudo o sector empresarial – fazem ou não fazem para influenciar a política europeia. O exemplo da discussão da directiva sobre o sistema europeu de comércio de emissões é ilustrativo. Deve haver uma razão para que o público não saiba, através das notícias, o que se passa antes de uma norma ambiental ser aprovada: ou as empresas e o governo estão a aproveitar mal a possibilidade de influírem – e de dizer que influíram – nas políticas europeias; ou os órgãos de comunicação social estão desatentos ou acham o assunto desinteressante; ou ambos.



### III Ambiente e Desenvolvimento Sustentado

---

O resultado é que a opinião pública quase nunca segue os passos da elaboração da política europeia de ambiente – embora esteja pronta a reagir quando as directivas estão cá fora ou são desrespeitadas. Esta é uma lacuna grave da participação pública. Ao mesmo tempo, trata-se de um poderoso alimento para a imagem de que Bruxelas está lá longe e “manda” em Portugal.

A sociedade ganharia com mais discussão prévia sobre o que se passa nos bastidores da política europeia. Como fazer isso, é um tema que deixo para discussão.